



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 21

MANDATO 2021/2025

Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo do dia trinta de junho do ano de dois mil e três, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

ORDEM DO DIA -----

2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----

2.4 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023; -----

2.5 - Plano de Alinhamentos para a Rua Sousa Viterbo em Valongo; -----

2.6 - Procedimento por consulta prévia para fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), incluindo as instalações de iluminação pública (IP), ao abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras da LIPOR, por um período máximo de 24 meses; -----

2.7 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo; -----

2.8 - Proposta de Celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Valonguense – UDV. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Paulo Miguel da Silva Santos, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Miguel Jorge Mendes Teixeira, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Verónica Maria da Silva Loureiro. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Anabela Freire de Sousa, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Esperança Maria de Oliveira Teixeira e Mário Rui Oliveira Monteiro tendo substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Pinto Moreira, Pedro Miguel Dias Fernandes Teixeira, Joaquim Moreira e Patrícia Maria Marques. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.4 - 1.^a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado, por maioria**, a 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, com 21 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA, não participou na votação o Grupo Municipal do CDS/PP por não estar presente. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - Plano de Alinhamentos para a Rua Sousa Viterbo em Valongo. ----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que pretendia saber qual a razão de ser só uma rua e não uma situação mais abrangente para toda a área da parte antiga de Valongo. -----

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que existe uma ferramenta macro o PDM – Plano Diretor Municipal, depois o Regulamento do PDM, depois as micro, pormenores de execução, planos de urbanização e planos de alinhamento. -----

Relativamente á rua em questão houve um projeto em que o requerente pretendia reabilitar uma casa só que o índice não permitia fazer uma casa com as funcionalidades pretendidas, nem as áreas mínimas para ser considerada uma habitação condigna, e não fazia sentido impor ao requerente a construção de uma casa que não iria ter as áreas mínimas devido aos índices definidos no PDM, quando o alinhamento das outras casas era o mesmo que o requerente estava a propor. -----

O plano de alinhamento permite pegar numa rua que tem uma morfologia assumida traçar o alinhamento e abdicar do índice de construção, estão a começar por esta rua pelos motivos que referiu. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.5 - Plano de Alinhamentos para a Rua Sousa Viterbo em Valongo, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.6 - Procedimento por consulta prévia para fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), incluindo as instalações de iluminação pública (IP), ao abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras da LIPOR, por um período máximo de 24 meses, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.7 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.8 - Proposta de Celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Valonguense – UDV. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que é a favor que a Câmara ajude os clubes, pois é obrigação da Câmara fazer aquilo que os clubes fazem e deve fazer os possíveis para que os clubes continuem a colaborar com a Câmara. -----

Disse de seguida que a Câmara acordou com o Alfenense o fim do direito de superfície do campo de futebol, o terreno era da Câmara que cedeu o direito de superfície ao Alfenense, o Alfenense fez uma obra, onde gastou cerca de 400 mil euros, o Alfenense e a Câmara concordaram em terminar o direito de superfície, passando o terreno para a Câmara indemnizando o clube, pois caso contrário o clube não tinha dinheiro para relvar o campo. O Vereador do Pelouro esteve reunido com a direção do Alfenense, que pediu ajuda à Câmara, e o Vereador disse que a Câmara não podia ajudar a fazer a obra num espaço privado, agora parece que os serviços jurídicos mudaram de opinião. -----

Na altura era ilegal, não se podia fazer e agora já pode, a lei não mudou, a opinião de quem decide é que mudou. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o executivo nos últimos 9 anos tem pautado por apoiar todos os clubes, avançaram com a expropriação do campo de futebol, em Ermesinde, pelo qual pagaram 600 mil euros, a instalação do sintético ficou por mais 200 mil euros, mas não exitaram. -----

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que desde outubro de 2013 tem vindo a ser feito investimento nos equipamentos desportivos, começaram por Sobrado com a municipalização do estádio onde colocaram o relvado que não tinha, seguiu-se a intervenção no Sporting Clube de Campo, compraram o estádio de Sonhos, Ermesinde corria o risco de ficar sem campo de futebol, depois investiram nos pavilhões. -----

No caso do Alfenense quando pediu ajuda à Câmara apoiaram uma primeira vez com a colocação do relvado sintético, para o Alfenense conseguir uma candidatura deram 100 mil euros, quando pediram apoio para o relvado do campo principal definiram os termos em que iriam ajudar e, na altura a solução foi encontrada. -----

Disse de seguida que Alfena não tinha um estádio municipal coisa que agora tem, que é utilizado preferencialmente pelos alfenenses, como os clubes das outras freguesias, não tendo encargos com as despesas, nomeadamente de luz e água. -----

Relativamente ao ponto em discussão, a intervenção no estádio do Calvário, estão a utilizar a União Desportiva Valonguense para resolver um problema grave que surgiu. Valongo tinha um estádio municipal que ficou interdito por questões de segurança, ficando sem estádio, a única solução rápida para que o problema não se prolongasse foi utilizar a União Desportiva Valonguense para ajudar. -----

O estádio municipal de Valongo está interdito devido a problemas graves de estabilidade, estão a aparecer crateras, sendo a previsão de custos de um milhão de euros, portanto a solução encontrada é muito mais económica que vai ser paga ao longo do tempo sem penalizar o orçamento. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que não está em causa o investimento que vai ser feito, mas sim porque a Câmara mudou de opinião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Alfenense entregou o direito de superfície, entregou o que estava lá, 400 mil euros, a Câmara deu 100 mil euros, mas a questão que colocou foi o que ocorreu para antes não ser possível e agora ser possível. -----
Disse de seguida que se trata de um espaço arrendado, um arrendamento antigo, daqueles arrendamentos que eram anuais e para toda a vida, face à nova lei do arrendamento o senhorio pode denunciar o contrato com aviso prévio, questionando se existe alguma informação dos serviços jurídicos sobre essa matéria. -----

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente ao Alfenense a situação encontrada foi aceite pelo clube e considerou que seria um bom negócio. -----

Quanto à questão em discussão o que está a ser feito é legal, os serviços jurídicos informaram que através da figura de Contrato de Patrocínio Desportivo seria a única possibilidade legal de dar o apoio e resolver o problema. Disse de seguida que o contrato de arrendamento, de 1957, foi feito numa lógica de interesse público, pois refere que o terreno destina-se ao campo de futebol, a arrendatária UDV pode fazer benfeitorias que ficarão a pertencer ao prédio não podendo exigir qualquer indemnização, no caso de compra ou expropriação por utilidade pública as benfeitorias serão consideradas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que a única forma da Câmara não perder o investimento seria expropriar ou comprar, ou seja vão fazer o investimento e caso haja problemas vão gastar mais com a compra ou expropriação. -----

Disse de seguida que não põe em causa o apoio aos clubes. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Ribeiro**, disse que a função da Câmara Municipal é estar disponível, resolver os problemas, no caso de Ermesinde quando foram eleitos encontraram um acordo que permitia construção no Campo de Montes da Costa e entenderam que a cidade iria perder com esse acordo, não hesitando em expropriar, em defender o interesse público. -----

Encontraram um problema gravíssimo no estádio municipal, foi encontrada uma solução que é do agrado do clube e boa para as centenas de crianças que praticam desporto. -----

Relativamente ao contrato de arrendamento caso algo corra mal não irão hesitar em resolver, o contrato feito na década de 50 defende qualquer investimento público que lá fosse feito por iniciativa do clube ou com o apoio do erário público. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, questionou se neste momento a situação que tiveram com o Alfenense a Câmara iria resolver de forma diferente. -----

O Vereador, **Paulo Esteves Ferreira**, disse que se está a discutir um assunto com o qual todos estão de acordo estando a ser colocadas questões que não tem a ver com o assunto. -----

Levantou-se uma questão que não existe, a situação do Alfenense, à data, foi tratada da forma que entenderam mais benéfica para as entidades, a Câmara, a Junta de Freguesia e o Alfenense, deixando o Alfenense de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

custos com a água e a luz e ter um campo com balneários, a Câmara investiu 100 mil euros, comprou um terreno para instalar balneários que vai custar mais cerca de 200 mil euros, com o apoio da Câmara o Alfenense conseguiu pagar o relvado e abater um empréstimo bancário, e a cidade ganhou, Alfena tem um estádio municipal. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que uma coisa é o acordo que foi feito com o Alfenense, outra coisa foi quando o Alfenense pediu ajuda e lhe foi dito que a Câmara não podia ajudar com o relvado porque era ilegal, o Alfenense avançou e pediu um empréstimo que pagou em 6 meses. -----

A Câmara tinha de ter um estádio municipal em Alfena que não tinha e resolveu ter o estádio à custa dos alfenenses, não está contra o acordo discute sim o princípio é que está em causa. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que têm a visão de ter estádios municipais em todas as freguesias, sem uma rede de estádios municipais, de equipamentos públicos, muitas vezes tinham dificuldade em conseguir espaço para os clubes. -----

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que o Membro está a utilizar o ponto para lançar a ideia de que prejudicou deliberadamente o Alfenense, o Alfenense nunca foi prejudicado, e com eles nunca será, sempre que pediu ajuda a resposta foi sim. -----

Quanto ao empréstimo contraíram-no porque assim o entenderam, porque estão a negociar a alguns meses e nunca lhes foi dito que não, entretanto quiseram contrair o empréstimo, foi uma decisão do Alfenense. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.8 - Proposta de Celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Valonguense – UDV, sendo aprovado **por unanimidade**. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----

O PS alicerçou a sua decisão de votar favoravelmente, primeiro evidencia-se o executivo com esta decisão que tomou, uma decisão rápida para um problema que afetava um conjunto de atletas superior a 200, chegando aos 300, o senhor Vereador tomou a palavra para falar sobre o ponto, foi questionado e temos uma decisão. ----

Permite-se com este Contrato Programa que a intervenção no complexo da Outrela seja bem planeada, bem estruturada resolvendo aquilo que foi mal-executado. -----

A evidencia deste Contrato Programa é que existe um investimento responsável, planeado em todas as freguesias, e sabemos que vai continuar a existir com este executivo, é importante que a intervenção do complexo da Outrela, estima-se que vá custar um milhão de euros, todos, unimanamente, votamos favoravelmente, esse dinheiro só se deve provavelmente, à boa gestão financeira que o executivo teve, e lamento que o partido que foi responsável pela construção do complexo da Outrela não tenha de assumir a responsabilidade política relativamente aquela construção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida deu início ao Período Pós Ordem do Dia, colocando à discussão as Moções e o Voto de Louvor apresentados. -----

Moção - Espetáculos de circo sem exploração animal -----

A Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, foi um passo importante para evitar a exploração animal nos espetáculos, principalmente em circos. Apesar da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro apenas impedir a utilização de animais selvagens nos circos e incluir um período de transição que pode ir até 2025, vários municípios têm sido exemplo na proteção dos animais em circos, impedindo que circos que utilizam animais não efetuem os espetáculos nos seus territórios. No entanto, os animais selvagens cuja detenção está proibida é estabelecida pela portaria 86/2018, de 27 de março. -----

Em Valongo, continua-se a verificar inação quanto á utilização de animais irracionais em circos. Não é preocupação deste executivo, que no Concelho se continuem a verificar espetáculos de circo em que a exploração animal para divertimento das pessoas esteja presente. -----

Se pretendemos ter um município que lidere na causa animal, precisamos de seguir os bons exemplos testemunhados em outros concelhos do país. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 30 de junho de 2023, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

1. Impedir que os espetáculos de circo em que se utilizem animais irracionais, sejam realizados no Concelho de Valongo. -----

Disse de seguida que o Grupo Municipal do PAN tem vindo a receber preocupações dos munícipes quanto ao abate de árvores e podas agressivas, nomeadamente o abate de árvores na Escola Secundária de Valongo e podas agressivas na Santa Rita. -----

Quanto ao abate de árvores, na Escola Secundária de Valongo, estão cientes que era urgente a realização de obras na escola para o bem-estar dos alunos, dos docentes e funcionários do estabelecimento de ensino, só não entendem, assim como não aceitam o abate das árvores, pois as mesmas foram abatidas de forma escondida, durante a noite e fim-de-semana. -----

Quanto às podas agressivas, na zona onde se montaram os equipamentos de diversão para as festas em Honra de Santa Rita, verificaram que estas foram efetuadas fora do período habitual e de modo a permitirem a instalação de estruturas de diversão, de venda ao público. As podas efetuadas para além de impedirem o correto crescimento das árvores, destruíram edificações de aves, retiraram zonas de sombras aos habitantes e diminuíram a impermeabilização sonora e visual às habitações da zona. Neste sentido pretendem saber quais os critérios que foram considerados para o abate das árvores na Escola Secundária de Valongo e para as podas efetuadas na Santa Rita. -----

Seguidamente apresentou uma Moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que a Moção sobre os espetáculos do circo com exploração animal, recomendaria à Câmara Municipal que não utilizem animais irracionais, esperam que não voltem a cometer o mesmo erro que foi efetuado quando o PAN apresentou uma Moção sobre as colónias no ano passado. -----

Quando falam em impedir não é a totalidade, é que sejam animais irracionais, podem ser exemplo, em vários concelhos é proibido qualquer animal. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Fernando Jorge das Neves Ferreira**, disse que sobre a exploração de animais, estão a discutir, o Município poder vir a decretar algum tipo de proibição, o PS não se pode sobrepor à lei que tem uma janela temporal até 2025, por isso não lhes parece que seja possível viabilizar a proposta, devido a imperativo legal. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que relativamente à Moção em discussão optaram por votar favoravelmente, a lei prevê que até 2025 os circos possam continuar a utilizar animais selvagens, o PAN pretende eliminar a utilização de animais, as touradas vão continuar, é uma tradição, sendo que existem muitos circos onde os animais são bem tratados. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que dado que na lei geral que está aprovada existe um período de transição até 2025 não faz sentido o Município antecipar esse período de transição. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que quanto à questão de animais irracionais, os únicos animais racionais é o ser humano todos os outros são irracionais. -----
A lei permite que até 2025 os animais que lá estão, e vivem com algum conforto, até se pode prevenir a questão de abandono, não permite que se continue a domesticar animais para atuar, a Autarquia não tem o poder discricional e ultrapassar a lei. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que a lei prevê 2025, o PAN apresentou a proposta, mas os gatos, os microhip passou para a Autarquia e não para os cuidadores que estava previsto na lei. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que a Moção do PAN tem algum mérito em falar das questões, seria bom saber-se mais sobre a política animal do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que devem ser dadas condições para que as companhias circenses possam fazer a transição gradual até 2025, passando a investir com apoios do Estado na busca de novas artes do espetáculo circense, e da reconversão profissional dos seus artistas. O PCP não entende que seja possível intervir para diminuir a utilização de animais nos circos sem prejudicar os direitos dos que até hoje têm levado a cabo a atividade circense com uso de animais, é necessário haver respeito pelos animais, assim como por todos aqueles que vivem dessa arte. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o Centro Veterinário tem a oferta da esterilização, a recolha noturna de animais acidentados, têm 90 colónias castradas, os chips das colónias passaram a ser em nome da Autarquia, existe o banco solidário e o apoio ao animal. -----

O Médico Veterinário quando se dirige a um circo tem de respeitar a lei, só pode fiscalizar aquilo que está previsto na lei em vigor à data. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão e votação os seguintes documentos: -----

Moção - Dia Internacional do Serviço Público -----

Através da Resolução n.º 57/277, a Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de dezembro de 2002 designou o dia 23 de junho como o Dia Internacional do Serviço Público. No mesmo documento encorajam-se os Estados Membros a celebrar aquela data para salientar o contributo dos serviços públicos no desenvolvimento das sociedades. -----

Vinte anos depois, o reconhecimento da importância dos serviços públicos tem ainda mais sentido, já que durante a pandemia e no período que se seguiu, os profissionais da saúde, da educação, da segurança social e doutras áreas da função pública desempenharam um papel fundamental no apoio às pessoas afetadas, asseguraram o bom funcionamento da sociedade, ajudaram à concretização dos direitos à educação, mobilidade, saúde e cuidados. E hoje muitos trabalhadores/as continuam a lutar para prestar serviços públicos de qualidade, para construir sociedades inclusivas, que colocam o bem-estar de todos, não de apenas alguns, no centro da sua atividade. -----

Não deixaram de soprar os ventos neoliberais exaltando sistematicamente as pretensas virtudes do mercado e apresentando o Estado como “mau gestor”, defendem a liberalização, desregulação e privatização dos serviços públicos. Onde tais ideias foram aplicadas, as consequências foram desastrosas: fratura social entre os que têm ou não acesso aos serviços, crescimento das desigualdades, aumento do gasto público e degradação da qualidade dos serviços, como ocorreu, por exemplo, na privatização dos aeroportos, dos correios, da produção e distribuição de energia. -----

As políticas de austeridade impulsionadas pela União Europeia após a crise financeira de 2008 cortaram o financiamento dos serviços públicos, diminuindo o número de efetivos e condenando quem trabalha na administração pública a contratos precários e a baixas remunerações, enfraquecendo a sua capacidade de resposta às necessidades sociais. Agora, a redução da dívida ou cortes orçamentais não podem mais ser as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

propriedades das prioridades. Investimento nos serviços públicos tem que ser o caminho. É preciso combater o uso indevido de recursos públicos, evitar a fuga aos impostos, a violação das normas ambientais ou a exploração de quem trabalha. Também são fundamentais o bom funcionamento do sistema judicial e das entidades responsáveis pelo combate à concorrência desleal e à corrupção. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, na sua reunião ordinária de 30 de junho de 2023, delibera: -----

1 - Saudar os 20 anos do Dia Internacional do Serviço Público e a contribuição das trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos da saúde, educação, segurança social, transportes e outros setores de atividade na resposta às necessidades das populações; -----

2 - Defender a importância do papel do Estado em setores estratégicos como a água, energia, habitação e transportes e na prestação de serviços públicos de qualidade e proximidade. -----

Aprovada por unanimidade. -----

De seguida apresentou uma segunda Moção: -----

Moção - Há 65 anos, Humberto Delgado fez tremer a ditadura salazarista -----

Em 8 de junho de 1958 realizaram-se eleições para a Presidência da República, em que participou Humberto Delgado, candidato da oposição ao regime fascista. A sua coragem e determinação gerou uma enorme mobilização popular e entusiasmou muitos milhares de portugueses que o consagraram como um grande combatente contra a ditadura de Salazar. -----

Humberto Delgado tinha lançado a sua campanha em 10 de maio. Em resposta à pergunta dum jornalista sobre o que faria se ganhasse as eleições, respondeu com a frase “Obviamente, demito-o”, afrontando diretamente o ditador Salazar. Percorreu vários locais do país, com manifestações de adesão popular nunca antes vistas. -----

Nas eleições de 8 de junho o regime fascista de Salazar levou a cabo uma gigantesca fraude eleitoral, na formação dos cadernos eleitorais, na impressão e distribuição dos votos, na realização do ato eleitoral. Para intimidar a população, nas vésperas da eleição foram feitas inúmeras prisões. Grande parte da população foi impedida de exprimir nas urnas a sua vontade. 15 anos depois, em 1973, o recenseamento eleitoral no regime de Salazar não chegava sequer a 1.800.000 pessoas, número que se deve comparar com mais de 6.300.000 inscritos nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte após o 25 de Abril de 1974. -----

Mais tarde, em 13 de fevereiro de 1965, Humberto Delgado foi brutalmente assassinado pela polícia política (PIDE), a mando de Salazar. -----

Num tempo em que a extrema-direita quer restaurar as ideias do fascismo, é urgente lembrar que os regimes fascistas têm como marca o arbítrio, a representação, a ilegalidade, a exploração, o desprezo pelos direitos fundamentais das pessoas, o impedimento da livre expressão da vontade popular. -----

Tendo em conta a importância de não ser apagada a memória de um dos mais significativos acontecimentos políticos ocorridos antes da manhã libertadora do 25 de Abril de 1974, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 30 de junho de 2023, delibera: -----

- Lembrar a extraordinária adesão do povo português à candidatura presidencial de Humberto Delgado em junho de 1958 e incitar a que se mantenha os seus ideais de democracia e liberdade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação sendo **aprovada por maioria** com 30 votos a favor e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Moção - Gestão do Arvoredo Urbano -----

Nos últimos anos tem-se verificado com frequência a realização de trabalhos por parte dos serviços locais, de podas agressivas no arvoredo urbano, que levantam várias questões quanto aos critérios utilizados e quanto à formação existente dos colaboradores que efetuam estas podas. -----

Para além das podas agressivas, o arvoredo urbano tem sofrido também pelo abate de árvores, que mais uma vez levam em conta critérios que não dão propriedade à conservação destes seres vivos de crescimento lento e essenciais para a renovação do ar da nossa terra a desenvolvimento da fauna citadina. -----

Uma ferramenta que viria apoiar o executivo a efetuar uma correta gestão do arvoredo urbano e a evitar a existência de podas e abates desmedidos, seria o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em meio Urbano, que está previsto pela Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto de 2022. Ora como já explicado por este executivo, em resposta ao requerimento colocado pelo Grupo Municipal do PAN, o regulamento está a aguardar a conclusão do PDM para que seja finalizado. -----

Face ao atraso burocrático quer na elaboração do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano por parte do Município como na elaboração do Guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano por parte do ICNF, o Grupo Municipal do PAN considera que é urgente avançar-se com medidas que mitiguem a má gestão do arvoredo Urbano. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 30 de junho de 2023, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

- 1- Providenciar meios para a formação de arboristas, técnicos credenciados para a execução de operações de manutenção de arvoredo; -----
- 2- Tornar públicos, com a publicação no Website da Câmara Municipal de Valongo, os resultados dos testes fitossanitários realizados às árvores; -----
- 3- Nas obras em que esteja previsto o abate de árvores, tornar públicos os critérios considerados para a justificação do abate; -----
- 4- Priorizar a manutenção e conservação das árvores face a eventos de entretenimento, impedindo a instalação de estruturas que danifiquem o arvoredo urbano. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação sendo **aprovada por unanimidade**. -----

Moção - Espetáculos de circo sem exploração animal -----

A Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, foi um passo importante para evitar a exploração animal nos espetáculos, principalmente em circos. Apesar da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro apenas impedir a utilização de animais selvagens nos circos e incluir um período de transição que pode ir até 2025, vários municípios têm sido exemplo na proteção dos animais em circos, impedindo que circos que utilizam animais não efetuem os espetáculos nos seus territórios. No entanto, os animais selvagens cuja detenção está proibida é estabelecida pela portaria 86/2018, de 27 de março. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em Valongo, continua-se a verificar inação quanto á utilização de animais irracionais em circos. Não é preocupação deste executivo, que no Concelho se continuem a verificar espetáculos de circo em que a exploração animal para divertimento das pessoas esteja presente. -----

Se pretendemos ter um município que lidere na causa animal, precisamos de seguir os bons exemplos testemunhados em outros concelhos do país. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 30 de junho de 2023, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

1. Impedir que os espetáculos de circo em que se utilizem animais irracionais, sejam realizados no Concelho de Valongo. -----

A Moção foi reprovada por maioria com 21 votos contra do Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal da CDU, Grupo Municipal do BE, Grupo Municipal do CHEGA e os Presidentes das Juntas de Freguesia, 9 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, Grupo Municipal do CDS/PP e Grupo Municipal Nós Cidadãos e 1 voto a favor do Grupo Municipal do PAN. -----

Voto de Louvor

Martinho Fernando da Silva Abreu nasceu a 16-03-1942 na freguesia de Campo, Valongo. -----

À semelhança de muitos outros na sua época, as humildes condições da família de origem a par de uma relativa desvalorização do sistema de ensino formal determinaram o precoce termo do processo de escolarização, logo após a conclusão do 4.º ano, e início da vida ativa. -----

Encontrou nas artes designadamente na música (foi durante anos músico na Banda da sua terra natal), no teatro (como ator e ensaiador em diversas coletividades) e na poesia uma forma alternativa de expressão das suas potencialidades e talento, em jeito de compensação pelas oportunidades que a vida lhe cerceou. -----

Foi em particular nesta última forma de expressão artística (poesia) que obteve maior notoriedade. -----

Aos 15 anos, movido pela curiosidade e pela popularidade que então caracterizava o concurso de quadras populares promovido pelo Jornal de Notícias a propósito das festas de S. João, enviou os seus primeiros escritos a este concurso. -----

Interromperia esta forma de expressão poética por via do cumprimento do serviço militar obrigatório, apenas retomando este hábito, de que se tornou especialmente adepto, por volta dos 30 anos de idade, já depois de casado. -----

Em 1974, com 32 anos de idade, viu pela primeira vez premiadas, com menções honrosas, 2 das quadras que enviou. Ao longo dos anos seguintes e até à atualidade produziu centenas de escritos desta natureza, exibindo invulgar mestria na arte de encerrar, no espartilho de 4 versos de 7 sílabas, histórias, pensamentos e emoções de assinalável complexidade. -----

Veria publicadas, na primeira página do Jornal de Notícias, ao longo dos anos, inúmeras quadras premiadas (para além de dezenas de menções honrosas), tendo vencido tal concurso em 1996 e no presente ano de 2023. Será, muito provavelmente, o poeta popular mais prolífero e premiado neste concurso! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A par desta particular forma poética (quadra) com que, com idêntico sucesso, concorreu e venceu outros certames (como é o caso das quadras de S. Martinho, organizado pelo Jornal “Notícias de Penafiel”) Martinho Abreu deu expressão ao seu talento através de outros desenhos literários, em forma de rima, de natureza mais complexa, coimo é o caso do soneto. -----

Tem, ao longo dos anos, colocado a título gracioso com inúmeras coletividades e associações do Concelho de Valongo, na escrita de poemas, hinos e diferentes formas de escrita com finalidade diversa. -----

Uma reduzida, mas significativa parte do seu vasto reportório literário consta do livro “A minhas memórias”, publicado em outubro de 2011. -----

Face ao exposto, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Valongo propõem a esta Assembleia Municipal, reunida em 30 de junho de 2023, que delibere homenagear e saudar o munícipe Martinho Fernando da Silva Abreu, com um Voto de Louvor pelos serviços extraordinários prestados no domínio da cultura, em particular na poesia. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação sendo **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2.4, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

O 2.º Secretário: _____